



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLIV — Nº 31

SÁBADO, 1º DE ABRIL DE 1989

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 27ª SESSÃO, EM 31 DE MARÇO DE 1989

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

SENADOR ANTONIO LUIZ MAYA Universidade Federal do Tocantins.

SENADOR EDISON LOBÃO — Resposta a críticas ao Governo brasileiro feitas por representantes da ONU, para o meio ambiente.

O SR. PRESIDENTE — Solidariza-se com as colocações do Senador Edison Lobão.

1.3 — ORDEM DO DIA

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei do DF nº 5, de 1988, que dispõe sobre os vencimentos dos conselheiros, auditores e membros do Ministério Público do Tribunal de Contas do Distrito Federal. *Votação adiada por falta de quorum.*

Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 1989, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que susta os efeitos do art. 2º, inciso IV, do Decreto nº 97.455, de 15 de janeiro de 1989, cujo dispositivo determina a alienação das ações representativas da participação da União no capital social da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro. *Votação adiada por falta de quorum.*

Parecer nº 1, de 1989, da Comissão de Fiscalização e Controle, concluindo "pelo arquivamento" da proposta de fiscalização e controle que propõe fiscalização das atividades do Conselho Nacional do Petróleo. *Discussão encerrada ficando a votação adiada por falta de quorum.*

Mensagem nº 68, de 1989 (nº 122/89, na origem), relativa à proposta para que seja autorizado o Governo do Estado do Rio Grande do Norte a emitir letras financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Norte (LFTERN), destinadas a substituir 3.055.000 (três milhões e cinquenta e cinco mil) Obrigações do Tesouro daquele Estado, que serão extintas na forma da Lei nº 7.730, de 31 de janeiro de 1989. *Retirada da pauta pela Presidência.*

1.3.1 — Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Comparecimento do Ministro Mailson da Nóbrega ao Senado, para explanação sobre a economia brasileira.

SENADOR MAURO BENEVIDES — Falecimento do Professor Alcântara Nogueira.

SENADOR ÁUREO MELLO — Privatização da Empresa de Navegação da Amazônia S.A.

SENADOR JOÃO MENEZES — Editorial de *O Globo*, sobre a reativação do Inbra e de outras empresas públicas.

SENADOR NELSON WEDEKIN — Crise energética no Sul do País.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Homenagem de Sergipe ao Presidente da Caixa Econômica Federal, o Sr. Paulo Mandarino.

1.3.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

— Nº 16/89 (republicação)

3 — PORTARIA DO 1º SECRETÁRIO DO SENADO FEDERAL

— Nº 3/89 (republicação)

4 — PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

— Nº 12 e 13/89

5 — ATA DE COMISSÃO

6 — MESA DIRETORA

7 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

8 — COMPOSIÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÓRTO
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral NCz\$ 9,32

Exemplar Avulso NCz\$ 0,06

Tiragem: 2.200-exemplares.

Ata da 27ª Sessão, em 31 de março de 1989

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

Presidência dos Srs. Pompeu de Sousa e Antonio Luiz Maya

ÀS 9 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

— Nabor Júnior — Leopoldo Peres — Oda-
cir Soares — Ronaldo Aragão — Jarbas Passa-
rinho — Antonio Luiz Maya — Edison Lobão —
Mauro Benevides — Ney Maranhão —
Francisco Rollemberg — Lourival Baptista —
Iamar Franco — Pompeu de Sousa — Mau-
rício Corrêa — Rachid Saldanha Derzi — Jorge
Bornhausen — Carlos Chiarelli.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)

— A lista de presença acusa o compareci-
mento de 17 Srs. Senadores. Havendo núme-
ro regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos
trabalhos.

Não há expediente a ser lido.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Anto-
nio Luiz Maya.

O SR. ANTONIO LUIZ MAYA (PDC —
TO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Pre-
sidente, Srs. Senadores, no dia 13 do corrente
mês apresentei à Mesa Diretora do Senado
Federal projeto de lei autorizando o Poder Exe-
cutivo a instituir a Fundação Universidade Fe-
deral do Tocantins. Aquela oportunidade, teria
feito pronunciamento a respeito do projeto.
Entretanto, por causa das manifestações for-
muladas por diversos Srs. Senadores da Repú-
blica com referência à criação da nova univer-
sidade, retive minha palavra e, hoje, passo a
tecer considerações a respeito do projeto.

A criação do Estado do Tocantins, pela As-
sembleia Nacional Constituinte, coroou a luta
de mais de 179 anos do povo tocaninense.
E já começa dar os primeiros passos rumo
à sua consolidação estrutural e de seu próprio
desenvolvimento.

Já estão sendo expedidos pelo Governador
Siqueira Campos os primeiros editais de licita-
ção de obras, como a ponte sobre o Rio To-
cantins, com aproximadamente 1km de exten-
são, entre Miracema e Tocantínia; 600km de
estradas a serem asfaltadas; nos trechos de
maior densidade de tráfego, facilitando o es-
coamento de produção agropecuária. Já fo-
ram, também, distribuídas ambulâncias a to-
dos os municípios, ajudando a resolver os pro-
blemas de saúde das pessoas carentes. Estão
sendo distribuídos carros para equipar todas
as delegacias de polícia do novo Estado.

Entretanto, Srs. Senadores, embora estejam
funcionando as escolas de 1º e 2º graus e
algumas unidades estaduais de ensino supe-
rior, temos que nos preocupar também com
a criação e implantação da Universidade Fe-
deral do Tocantins, a fim de desenvolver a pes-
quisa, as ciências, as letras e as artes em nosso
promissor Estado amazônico.

Dias atrás, no Plenário do Congresso, mani-
festamo-nos para que os vetos apostos à lei
sancionada pela criação da Fundação Univer-
sidade do Gurupi fossem rejeitados pelo Con-
gresso, para que se pudesse implantar, de
imediato, naquela cidade, a universidade que
o Poder Executivo estava autorizado a fazer.

Entretanto, os vetos que diziam respeito a
recursos para a Fundação mantenedora da
universidade e aos cursos que a universidade
iria implantar, esses vetos foram mantidos. O
Congresso não os rejeitou. Não vejo como
se possa criar uma fundação sem recursos
para manter uma universidade sem cursos,
razão pela qual, hoje, me encontro na obriga-
ção de, como representante daquela Unidade
da Federação, de fazer este pronunciamento,
exatamente pedindo a atenção dos ilustres pa-
res para o problema educacional do novo Es-
tado.

A juventude tocaninense precisa dessa uni-
versidade, a fim de se formar na própria região,
não tendo que fazer pressão para disputar e
ocupar vagas nas unidades de ensino superior
de Brasília, Goiânia, Anápolis, Belém ou São
Luís do Maranhão. A mão-de-obra de nível
superior será preparada no próprio meio, con-
soante às necessidades da região.

A fixação da nova geração, principalmente
os mais capazes, que emigraram em busca
de novos conhecimentos e de oportunidades
de emprego, deixando no seu rastro crianças
e idosos, talvez seja o argumento que mais
sensibilizou nosso povo a lutar, unido, por um
"novo amanhecer". Este objetivo só será al-
cançado, entretanto, com a criação da univer-
sidade que sonhamos.

Peço, pois, aos meus nobres pares me aj-
udem a prosseguir nesta luta, votando favora-
velmente o meu projeto.

Idealizamos a Universidade Federal do To-
cantins a ser implantada nos moldes da Unesp
— Universidade Estadual Paulista: moderna,
descentralizada, e que reflita as necessidades
das microrregiões.

A sua sede, Sr. Presidente, naturalmente se-
rá instalada na futura Capital do Estado. Mas
os seus cursos e departamentos, a serem defi-
nidos no seu regulamento-geral, serão criados
e instalados como consequência das neces-
sidades econômicas e sociais de cada micror-
região.

Assim, os seus institutos e departamentos
serão localizados em várias cidades, sem pre-
juízo de uma estratégia integral, consubstan-
ciando as políticas de educação do novo Es-
tado.

Uma universidade aberta às influências só-
cio-econômicas locais e influenciando decisi-
vamente o seu processo de desenvolvimento:
eis o nosso objetivo.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é de se ressaltar que todos os projetos aprovados nas duas Casas do Congresso Nacional, criando o Estado do Tocantins, embora vetados, explicitavam a necessidade de criação da sua Universidade Federal.

Entre eles, destacamos:

— Projeto de Lei Complementar nº 1, de 1983 de autoria do então Deputado Federal Siqueira Campos, que previa a criação do Estado do Tocantins e determinava outras providências;

No Capítulo VII, das Disposições Gerais e Transitórias, em seu art. 37, assim expressiva:

"A União providenciará as medidas necessárias à criação, instalação e funcionamento de uma Universidade Federal no Estado do Tocantins."

— O Projeto de Lei Complementar da Câmara nº 218, de 1984, também no capítulo VII — das disposições transitórias, em seu art. 37, igualmente, se expressava da mesma forma.

— O projeto de lei complementar do Senado nº 13, de 1986, de autoria dos então senadores Amaral Peixoto — de saudosá memória para todos nós — e Benedito Ferreira, em suas disposições gerais e transitórias, previu a criação de programas especiais, priorizando a educação e justificando, inclusive, a necessidade de se criar a Universidade Federal do Tocantins.

O § 6º do art. 13 do ato das disposições constitucionais transitórias, por sua vez, diz textualmente:

"Aplicam-se à criação do Estado do Tocantins, no que couber, as normas legais disciplinadoras da divisão do Estado de Mato Grosso, observado o disposto no art. 234 da Constituição."

A Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, que normatizou a divisão daquele Estado, em seu art. 39, determinou que a União providenciasse as medidas necessárias à federalização da Universidade Estadual de Mato Grosso, localizada na cidade de Campo Grande, o que foi feito com a promulgação da lei nº 6.674, de 5 de julho de 1979, que autorizou o poder executivo a instituir a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Convém lembrar que o Estado do Tocantins, dispõe apenas de duas Faculdades de ensino superior: a Faculdade de Educação de Araguaína e a Faculdade de Educação do Norte goiano antigo, de Porto Nacional. Existe, também no Estado, uma Faculdade de Educação, com cursos de pedagogia e de direito, atualmente na cidade de Gurupi, pertencente à renda municipal de ensino:

Concordamos plenamente com o disposto no art. 60 do ADCT, que priorizou a erradicação do analfabetismo e a universalização do ensino fundamental, mas, somos contrários a quaisquer tipos de discriminações: o Estado do Tocantins é o único Estado da Fe-

deração que atualmente não possui ainda a sua Universidade Federal. Chamamos a atenção dos Srs. senadores para o fato de que na área compreendida pelo estado do Tocantins, sul dos estados do Maranhão e Pará, e pelo norte do Mato Grosso, num raio de mais de 500km, não existe nenhuma universidade federal implantada; enquanto que na sofrida região nordestina, composta por estados cujas capitais são relativamente próximas umas das outras, existem 9 (nove) universidades federais, distanciando em média até menos de 300km uma das outras. É de se evidenciar ainda o fato que entre as cidades de Goiânia, Anápolis, Brasília e Belém, há uma distância superior a 2000km, sem uma universidade intermediária implantada. Há, pois, um grande vazio de cultura científica nesta área amazônica.

Como vemos Sr. Presidente, Srs. Senadores o nosso projeto, além de sanar uma grave injustiça, contribui, também, para corrigir uma das falhas do nosso sistema educacional de terceiro grau, qual seja, a concentração de universidades federais nas regiões nordeste, sudeste e sul do País. E, a nosso ver, operacionaliza a vontade dos Srs. Constituintes que votaram a criação do Estado que tenho a honra de representar nesta Casa do Congresso Nacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)

— Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL — MA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a preservação do meio ambiente tem sido uma preocupação constante do povo e do Governo brasileiro. Não temos negligenciado esse dever. E esta preocupação não é tão recente quanto parece.

Recordamo-nos que ainda em Governo passado, em determinado momento, o então ministro do Interior, Mário David Andreazza, foi convocado à Câmara para dar explicações sobre o que então se chamava de "devastação da floresta Amazônica".

S. Exª ali compareceu munido de mapas, de levantamentos aerofotogramétricos, feitos por encomenda do próprio Governo brasileiro, em que demonstrava que a devastação não era tão profunda quanto se anunciava e que o Governo estava atento para os seus deveres.

Agora não é diferente! Temos aqui discutido freqüentemente esta questão, alguns dando a ela, muitas vezes, um tom cáustico, e outros, apaixonados. Mas, Sr. Presidente, todos nós, autoridades do Governo e Parlamentares, temos consciência de nossos deveres e repudiamos por inteiro toda e qualquer interferência externa nos interesses e na soberania nacional.

Sr. Presidente, foi realizada uma Reunião ontem, proposta pela ONU, sobre o meio ambiente nos Países Latino-Americanos, à qual compareceram 22 representantes de 27 países e 15 ministros; do Brasil estavam presentes o Senhor Presidente da República e 4 ministros, dando ao encontro a grandeza que ele deve ter. Fomos surpreendidos com a manifestação insólita, maleducada, e que repu-

diamos; do representante da ONU, um diplomata soviético que faz críticas ao nosso País e ao Senhor Presidente da República.

O discurso do representante da ONU, do Programa das Nações Unidas para o meio ambiente, Sr. Genady Golubev, foi considerado ofensivo ao Presidente do nosso País e, portanto, ao nosso País. Ele disse que tem pleno conhecimento da forte oposição expressada pessoalmente pelo Presidente da República do Brasil à conversão de parte da dívida, para, com esses recursos, tomarmos o encargo de defender o meio ambiente.

O Presidente do Brasil, que na ocasião também se manifestou, disse:

"A legítima preocupação ambiental de inspiração tão nobre não pode ser colocada a serviço de interesses comerciais e não nos podem dar lições aqueles que nos mostram o caminho que não se deve fazer."

Sr. Presidente, eu diria até que a reação do Presidente da República foi tímida. S. Exª deveria ter sido mais enérgico. Não aceitamos quando aqui veio um americano nos dar lições. Não aceitamos, por igual, que nenhum soviético ou qualquer outro estrangeiro venha dizer o que devemos nós, brasileiros, fazer no cumprimento de nossos deveres.

O Sr. Jarbas Passarinho — Permite V. Exª um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO — Ouço V. Exª com muito prazer.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Nobre Senador, congratulo-me com V. Exª por trazer essa matéria hoje aqui para a Casa. Acho até que ontem já deveríamos ter percutido esse tema. O que aconteceu na abertura da reunião sobre o meio ambiente nos Países Latino-Americanos, no Itamarati, me parece que é suficiente para que meditemos sobre o que está acontecendo com relação ao Brasil e à Amazônia. Quando se fala que há possibilidade de cobiça internacional, de modo geral, há pessoas que resolvem diminuir isso e até desmoralizar essa tese. Nunca embarquei exatamente — e V. Exª já me ouviu falar aqui — naquela exacerbação que leva a pensar que todo mundo quer ocupar a Amazônia, quer uma internacionalização da Amazônia, porque nós somos um País que já passou do período em que se podia pensar em ameaças coloniais. Mas, veja V. Exª, o Presidente da França, indo às exéquias do Imperador do Japão, lá em Tóquio, tratou da matéria pela primeira vez, quando os jornais publicaram e criou aquela expressão de soberania relativa, o que é algo que no Direito Internacional só pode existir a partir do momento em que existe um protetorado. Então, eu imagino amanhã a Amazônia brasileira se transformar num protetorado para ser supervisionado pela ONU, como a Namíbia foi até agora pela África do Sul. Talvez, até, nem pela ONU, talvez nos dessem até um protetor, um país protetor Estados Unidos, por exemplo, ou outro qualquer. Não levaram em consideração. O Presidente da França vai a Haia, e na reunião de Haia

repete a mesma teoria, a mesma tese ele defendeu: a necessidade de que os países que dispõem de florestas tropicais úmidas — portanto leia-se o Brasil, praticamente — devam ter a sua soberania relativa. Foi vencido lá, graças inclusive à brilhante atuação do nosso Secretário-Geral do Itamaraty, o Embaixador Flexa de Lima. Agora vem essa delegação aqui, o presidente da República presente, e passa pelo constrangimento de ouvir um funcionário, em nome de outro, fazer a leitura de um discurso em que se fala outra vez na soberania relativa. De maneira que V. Exª tem muita razão. Só acho que o Presidente da República não podia ter sido mais enfático. Ai, eu discordaria, se V. Exª me permite, da sua colocação: porque, como Chefe de Estado, não ficaria bem, realmente, tomar uma atitude que nós podemos tomar. Mas louvo a atitude que o Presidente tomou, de repelir, imediatamente, aquele discurso. Aquele discurso foi insolente, mexe com os nossos brios, não é de chauvinista, não é de patriotada, mexe com os nossos brios porque, em primeiro lugar, coloca o Brasil como sendo absolutamente irresponsável, não tendo capacidade de administrar uma Amazônia sem devastá-la, sem destruí-la, assim é que está a imagem brasileira no exterior. Congratulo-me com V. Exª por trazer esta matéria para o Senado e para fazer o belíssimo discurso que está fazendo.

O SR. EDISON LOBÃO — Agradeço ao eminente Senador Jarbas Passarinho, que conhece profundamente esta matéria, está interessado na sua discussão, no encaminhamento, de tudo quanto diz respeito a nossa Amazônia. Mas devo acrescentar, Senador Jarbas Passarinho, que quando digo que o Presidente deveria ser mais enfático, na verdade, eu deveria ter dito o Governo. O Presidente recomendou ao Secretário-Geral do Itamaraty que, em sua presença, repreendesse o funcionário. Isto mais ou menos no mesmo nível, funcionário é funcionário. Então, essa repreensão deveria ter sido mais enérgica do que aquela feita pelo Secretário-geral do Itamaraty.

Nós temos constituída, no Senado da República, uma Comissão, que é presidida pelo eminente Senador Leopoldo Peres, e que tem por relator o Senador Jarbas Passarinho. Estamos estudando esta matéria com seriedade, com senso de responsabilidade, precisamente para que não nos acusem de omissão. No instante em que fazemos isso, não podemos aceitar nenhuma interferência externa, e a repeliremos tantas vezes quantas ocorrerem daqui por diante.

Estive recentemente na Europa, chefiando a delegação de parlamentares brasileiros, que era integrada pelo Senador Pompeu de Sousa, que foi um dos mais assíduos aos nossos trabalhos, e no retorno pude fazer uma visita ao interior da França. É interessante isto. Fui de automóvel, visitando a Normandia, uma parte da França. Era uma viagem que desejava fazer há muito tempo. Pois, eminentes Senadores, o que vi na minha viagem de automóvel foram plantações belíssimas de trigo, beterr

raba, etc. Não vi nenhuma concentração de florestas, nada vi, e nunca ninguém disse que a França está atentando contra o meio ambiente, está contribuindo para a poluição no mundo. Mas aqui, no Brasil, a Amazônia tem que ser mantida intacta, sem a utilização de uma árvore sequer, porque o mundo se incomoda com o que fazemos.

Sr. Presidente, leio, também, hoje, nos jornais que um banco estrangeiro propõe a perenização da dívida externa brasileira em troca, apenas, do pagamento de juros anuais de 4,5%. O que isto quer dizer? É que os próprios bancos já entenderam que a nossa dívida não pode ser paga nos níveis em que se encontram, e por isso procuram soluções. Chegou, agora, a imaginar que esses que lutam, hoje, pela conversão da dívida brasileira, com uma instituição para preservar o meio ambiente, na verdade o fazem a serviço dos banqueiros internacionais. Eles não estão interessados em meio ambiente brasileiro e do mundo. Eles querem encontrar uma solução para a dívida externa. Então, o propósito é menor e deplorável. Sr. Presidente, tanto o Governo brasileiro, como os Senadores da República, os nossos Deputados e os nossos Governadores sabem ser dignos do seu papel. E, todos juntos, haveremos de reagir sempre a essas investidas insólidas que, em nome de interesses que não querem de fato defender, venham aqui interferir nos assuntos internos do Brasil.

O Sr. Mauro Benevides — Permite V. Exª um aparte, nobre Senador Edison Lobão?

O SR. EDISON LOBÃO — Ouço com muito prazer V. Exª

O SR. MAURO BENEVIDES — Entendo que V. Exª, neste instante, interpreta, sem dúvida, a nossa indignação e o nosso protesto diante daquela insólida interferência havida durante a solenidade a que esteve presente o próprio Presidente da República. Se tantas vezes aqui, os setenta e cinco Senadores se insurgem contra decisões do Senhor Presidente da República tomadas no campo político, no campo administrativo, no campo econômico e no campo social, no momento em que Sua Excelência assume, como Chefe de Estado, uma postura de defesa da soberania nacional, Sua Excelência conta, acredito, com a adesão e com a solidariedade de todos aqueles que representam o povo brasileiro no Senado da República. Esse mesmo Senado que, entendendo a importância do problema amazônico, aqui constitui, pela quase unanimidade de seus integrantes, uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que irá funcionar para buscar aquelas razões que sobrelevarão com um posicionamento correto em defesa da Amazônia e, conseqüentemente, da soberania do País.

O SR. EDISON LOBÃO — Agradeço a V. Exª a interferência, a solidariedade e o conhecimento que tem também da matéria. Na verdade, esta Comissão já está funcionando, Senador Mauro Benevides, sou o vice-presidente dela, para minha hora, e haveremos de realizar um trabalho digno da confiança do

Senado Federal. Sabemos que o povo está vigilante. O País começa no município. Os nossos vereadores, os nossos prefeitos, os nossos deputados estaduais, os nossos deputados federais, os senadores, o Presidente da República, todas as autoridades, todos juntos saberemos defender os interesses nacionais, e não permitiremos jamais que interferências dessa natureza comprometam a soberania da Nação brasileira.

Sr. Presidente, antes de concluir, peço a V. Exª que aceite, como lido, o discurso do Presidente José Sarney, pronunciado na ocasião, que deve ser agregado a este meu modesto pronunciamento, ficando, aqui, a nossa palavra de repúdio a essa interferência insólita do representante da ONU, que é diplomata da União Soviética.

Muito obrigado a V. Exª (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. EDISON LOBÃO EM SEU DISCURSO:

NÃO PODEMOS ACEITAR IMPOSIÇÕES

Trechos do discurso do Presidente Sarney:

“Os principais obstáculos a solução da questão ambiental residem na iniquidade das terríveis desigualdades existentes, no fosso entre ricos e pobres, no crescente protecionismo dos países industrializados e no insuportável peso da dívida externa.”

“A adoção, pelas instituições financeiras internacionais, de novas formas de condicionalidades para a concessão de créditos aos nossos países compromete os esforços nacionais de desenvolvimento e implica, na prática, uma redução de recursos, em detrimento da própria causa ambiental.”

“A legítima preocupação ambiental, de inspiração tão nobre, não pode ser colocada a serviço de interesses comerciais. Nem para retrocessos históricos, numa volta ao do tempo das intervenções de um novo sistema colonizador a ser determinado por organismos supranacionais.”

“Estamos convencidos de que a gravidade dos problemas ambientais com que o mundo hoje se depara decorre principalmente dos padrões de industrialização e consumo nos países desenvolvidos. Esta é a origem da exaustão acelerada dos recursos naturais do planeta e da emissão cada vez mais importante, em termos absolutos e relativos, de elementos poluentes na atmosfera.”

“É preocupante que o debate sobre meio ambiente se esteja processando com certa dose de emocionalismo. O tom emocional do debate assume por vezes caráter acusatório, maniqueísta e demagógico que em nada serve à promoção da causa ambiental.”

“Não podemos aceitar mecanismos de imposição da vontade dos mais fortes sobre os mais fracos, dos mais ricos sobre os mais pobres, dos mais desenvolvidos sobre os menos avançados. Para nossos povos, soberania e liberdade são valores absolutos e irrenunciáveis.”

"Temos toda consciência de nossas responsabilidades para com a conservação de nosso grande patrimônio físico. Esse dever, contudo, é nosso. Não nos podem dar lições aqueles que nos mostram o caminho que não se deve fazer."

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — A Mesa defere o requerimento do nobre Senador Edison Lobão e aproveita para manifestar a sua solidariedade a esse pronunciamento, assim como a solidariedade à intervenção do nobre Senador Mauro Benevides. Neste momento, o repúdio com que recebemos essa intervenção indébita, que procura ferir a própria soberania nacional, nos une, a todos nós, em torno da reação que o Presidente da República realmente teve naquele instante. Devemos manifestar aqui o repúdio do Senado, como o repúdio do Poder Legislativo, como o repúdio de todos os Poderes da República, porque é o repúdio do povo brasileiro. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Não há mais oradores inscritos. Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não há número para deliberação. As matérias constantes dos itens 1 e 2, em fase de votação, ficam adiadas para a próxima sessão.

São os seguintes os itens adiados:

— 1 —

Veto Parcial

PROJETO DE LEI DO DF Nº 5, DE 1988

Votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei do DF nº 5, de 1988, que dispõe sobre os vencimentos dos conselheiros, auditores e membros do Ministério Público do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Parte vetada: art. 4º

— 2 —

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2, DE 1989

(Em regime de urgência — art. 371, b, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 1989, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que susta os efeitos do art. 2º, inciso IV, do decreto nº 97.455, de 15 de janeiro de 1989, cujo dispositivo determina a alienação das ações representativas da participação da União no capital social da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro — Lloydbrás, tendo

PARECERES, proferidos em plenário, favoráveis ao projeto e às emendas apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) Passa-se ao item 3:

— 3 —

PARECER Nº 1, DE 1989

Discussão, em turno único, do Parecer nº 1, de 1989, da Comissão de Fiscalização e Controle, concluindo "pelo arquivamento" da proposta de fiscalização e controle que propõe a fiscalização das atividades do Conselho Nacional do Petróleo.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação fica adiada por falta de *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)

— Item 4:

Mensagem nº 68, de 1989 (nº 122/89, na origem), relativa à proposta para que seja autorizado o Governo do Estado do Rio Grande do Norte a emitir letras financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Norte (LFTERN), destinadas a substituir 3.055.000 (três milhões e cinqüenta e cinco mil) Obrigações do Tesouro daquele Estado, que serão extintas na forma da Lei nº 7.730, de 31 de janeiro de 1989. (Dependendo, de parecer.)

A Presidência determina a retirada da pauta, da matéria constante do item 4, nos termos do art. 189, e, do Regimento Interno.

O Sr. Jutahy Magalhães — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)

— Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PMDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, estamos, hoje, no final do mês de março, e o dia 2 será domingo. No dia 2 de abril completar-se-ão os trinta dias que o ministro da Fazenda tem para responder ao Senado, marcando a data de sua presença neste plenário.

V. Exª, Sr. Presidente, sabe que o requerimento foi apresentado pelo Líder do PFL, Senador Marcondes Gadelha, para que S. Exª, o ministro da Fazenda, comparecesse a este plenário para dar certas explicações a respeito do problema salarial. Houve até manifestações contrárias, na ideia de que o ministro deveria comparecer perante as comissões e não ao plenário. Mas fizemos uma solicitação de que fosse aprovado para que ele aqui estivesse.

Os trinta dias estão transcorrendo, mas estou sendo informado agora de que ele teria marcado sua vinda aqui para o dia 18.

Então pergunto a V. Exª se está confirmada a presença do Sr. Ministro Mailson da Nóbrega no dia 18 de abril.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)

— A Assessoria da Mesa está informando que o ofício lido na sessão de anteontem, nesse sentido, foi aceito pelo Senado.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Então, a sessão do dia 18 será para a arguição, o comparecimento, aqui, de S. Exª

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — No dia 18, às 15 horas. Já está devidamente sacramentado.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — V. Exª poderia me informar se o ministro das Minas e Energia também já marcou data para presença aqui, neste plenário?

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Não temos nenhuma indicação nesse sentido, mas a assessoria providenciará a verificação desses expedientes.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Então, Sr. Presidente, penso que temos a obrigação, agora, de fazer cumprir a nossa Constituição. Se não for estabelecida essa norma da presença obrigatória do ministro quando convocado, teremos que tomar certas medidas mais coercitivas, para fazer com que haja a presença. Porque estamos a cada dia vendo que os processos, os pedidos de informação, que são solicitados ao próprio Ministério da Fazenda, demoram a ser atendidos, demoram, inclusive, dentro do que deveria ser interesse do Governo e, na realidade, as respostas aqui não chegam.

Hoje, temos que adiar um projeto de interesse do Estado do Rio Grande do Norte, por quê? Porque a matéria que vem do Banco Central é praticamente ilegível e essa é uma constante. Daí até o apelo que se faz à Assessoria Parlamentar do Banco Central, para que tome as providências necessárias e, se for até preciso, que se mude a máquina do Banco Central, para permitir que as cópias e os originais que chegam ao Senado sejam legíveis, o que não tem ocorrido.

Então, indago de V. Exª se já tem alguma informação sobre a vinda, aqui, do ministro das Minas e Energia.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Se V. Exª me permite, direi que com relação à essa matéria o adiamento aqui foi justamente por este motivo, por chegar material ilegível, o que é uma atitude de desrespeito a esta Casa, e esta Casa saberá repelir qualquer atitude de desrespeito que contra ela seja tomada.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente, essa informação da vinda ao Sr. Ministro Mailson da Nóbrega.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — E informo também a V. Exª que o Ministro das Minas e Energia ainda não respondeu, mas S. Exª está dentro do prazo.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Obrigado a V. Exª, Sr. Presidente.

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

— Mário Maia — Carlos De'Carli — Áureo Mello — Olavo Pires — João Menezes — Moisés Abrão — Carlos Patrocínio — João Castelo — Alexandre Costa — Chagas Rodrigues —

Cid Sabóia de Carvalho — José Agripino — Raimundo Lira — João Lyra — Teotônio Vilela Filho — Luiz Viana — Jutahy Magalhães — Ruy Bacelar — Gerson Camata — João Calmon — Ronan Tito — Fernando Henrique Cardoso — Mauro Borges — Affonso Camargo — José Richa — Nelson Wedekin — José Paulo Bisol.

O Sr. Mauro Benevides — Sr. Presidente, peço a palavra para breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides, para breve comunicação.

*O SR. MAURO BENEVIDES PRONUNCI-
CIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À RE-
VISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO
POSTERIORMENTE.*

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — A Mesa associa-se às homenagens prestadas ao ilustre Professor Alcântara Nogueira.

Concedo a palavra ao nobre Senador Áureo Mello.

*O SR. ÁUREO MELLO PRONUNCI-
CIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À RE-
VISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO
POSTERIORMENTE.*

Durante o discurso do Sr. Senador Áureo Mello, o Sr. Senador Pompeu de Sousa deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Senador Antonio Luiz Maya.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Luiz Maya) — Concedo a palavra ao nobre Senador João Menezes.

*O SR. JOÃO MENEZES PRONUNCI-
CIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À RE-
VISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO
POSTERIORMENTE.*

O SR. PRESIDENTE (Antonio Luiz Maya) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Wedekin.

O SR. NELSON WEDEKIN (PMDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, as Federações das Indústrias dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, por seus presidentes, em 21 de novembro do ano transato, entregaram a V. Ex.^a um Memorial, onde expuseram as preocupações do empresariado industrial de suas regiões, no tocante aos problemas de geração de energia elétrica e do suprimento das efetivas necessidades do mercado consumidor a partir de 1992.

Inexistindo, até a presente data, providências adequadas ao cumprimento dos programas específicos, constantes do Plano 2.010 da Eletrobrás, cujo ritmo de execução mais se reduz com os drásticos cortes das rubricas orçamentárias competentes, resolvemos tornar ao assunto, seguros de que os desdobramentos da atual crise energética, a curto prazo, levarão à beira do caos a economia do Sul do País e a do próprio Sudeste, que, igualmente, depende do mesmo sistema interli-

gado de geração deste insumo vital a sua sobrevivência.

Por estas razões, além de reproduzirmos os termos do documento acima referido — Memorial de 21 de novembro de 1988 — ainda válido nas suas conotações e abrangência, aditaremos considerações complementares, surgidas após a data de sua elaboração:

“Senhor Presidente,

Os signatários do presente memorial, presidentes e diretores das Federações das Indústrias dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, procurando contribuir para o equacionamento dos problemas de energia elétrica, vigentes no País, com destaque dos localizados na Região Sul, onde atuam industrialmente, vem perante Vossa Excelência, pelo presente memorial, expor e apresentar as ponderações abaixo ordenadas:

— Um estudo do programa de geração de energia elétrica previsto no Plano Nacional Específico — Plano 2.010 — elaborado pela Eletrobrás e da sua gradual implantação, induziu-nos às seguintes conclusões:

I — As obras ali inseridas, usinas e sistema de transmissão complementar, se executadas nas datas previstas, permitirão o atendimento da demanda do País, desde que não ocorram fenômenos de estagnação;

II — O atraso evidente no cumprimento dos cronogramas de implantação de diversos empreendimentos, com ênfase nas regiões do Sul e Sudeste, põem em risco o suprimento do mercado a partir de 1992.

Tal ocorrência, uma vez se torne do conhecimento público, com impactos negativos no restrito rol dos investidores na economia, refletirá negativamente no crescimento dos nossos setores produtivos, que naturalmente viverão um período de retração.

O recente racionamento, ocorrido na Região Sul, — janeiro a março de 1986 —, com prejuízos vultosos à indústria, dá-nos uma pálida idéia do que poderá advir num futuro próximo.

Diante da dramaticidade deste quadro, que ameaça, indubitavelmente, a nossa própria sobrevivência de sociedade organizada, medidas urgentes, prioritárias, racionais e até mesmo heróicas, impõem-se como um imperativo nacional, já que a energia elétrica é o elemento condicionador da produção, sem a qual nossa economia voltará às suas fases primárias e incipientes.

Considerando o raciocínio desenvolvido e a sua inquestionável validade, com a devida vênia, enfocaremos uma particularidade do problema em exame, deixando-a à elevada consideração de Vossa Excelência, a título de definição do pensamento do empresariado catarinense e gaúcho, cujas responsabilidades pelo destino de nossa terra têm sido uma constante na sua trajetória histórica.

Da Sugestão do Sistema Empresarial Gaúcho e Catarinense

Não desconhecemos que a situação econômica e financeira do Brasil, por erros sucessivos acumulados através dos tempos, é grave e, por ser grave, deve ser equacionada nos restritos limites de nossas possibilidades.

Isto posto, entendemos que devido a sua economicidade e ao estágio de maturação do seu projeto, a usina de Itá, na divisa dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, merece necessariamente um alto nível de prioridade.

Pelo seu porte, 1620MW, ela será um reforço indispensável no suprimento de energia do sistema interligado do Sudeste e Sul e, pelo seu baixo custo de produção, US\$ 17,00/MWH, um dos menores registrados no Brasil, uma forma adequada de alcançar os resultados preconizados, com a redução de dispêndios, que corresponde a uma das metas principais do governo de Vossa Excelência.

Em recente painel promovido por estas Federações sobre Abastecimento de Energia Elétrica na Região Sul, ficou caracterizado que, dos recursos necessários, a empresa responsável pela obra Eletrosul — Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. — já investiu sessenta milhões de dólares na relocação da cidade de Itá e em obras preliminares, e tem assegurada a cobertura financeira para os equipamentos nacionais (170 milhões de dólares) e a assinatura do contrato de financiamento externo para a compra de equipamentos importados (38 milhões de dólares).

Uma vez viabilizados os recursos para as obras civis do empreendimento, negociados com êxito junto ao Banco Mundial, com entendimentos interrompidos por falta de definição das autoridades brasileiras, quanto à exigência de concorrência internacional, veríamos atingidas, de forma definitiva, a solução do impasse e a concretização da usina.

Constituindo essa condição — concorrência internacional — na atual conjuntura, um fato secundário de interesse restrito e localizado, temos plena convicção de que o elevado descontentamento de Vossa Excelência, prevalecerá, apontando os rumos a serem perquiridos com lucidez e eficiência.

Aditando-se a estes fatos a circunstância de a Eletrosul haver desenvolvido, no tocante à implantação do reservatório, uma elogiável política de inserção regional, compensando adequadamente as interferências sociais, econômicas e ecológicas, advindas da sua construção, veremos que um salto favorável beneficiará a região, ampliando seu atual ritmo desenvolvimentista, com efeitos nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Fundamentados no exposto e no entendimento de que há perspectivas de in-

suficiência de suprimento de energia elétrica na Região Sul, em 1992, mesmo com a entrada de operação das usinas termelétricas, de Jorge Lacerda IV e Jacuí I — solicitamos respeitosamente a Vossa Excelência determinações no sentido de que seja:

A) Ordenada uma prioridade absoluta para a usina hidrelétrica de Itá, figurando essa decisão em todos os documentos de planejamento do setor, com objetivo de:

A.1.) Obter os recursos no Brasil e no Exterior principalmente no Banco Mundial; e

A.2.) Definir os limites orçamentários;

B) Autorizada, para a contratação das obras civis da usina, a realização de concorrência internacional ou a locação de recursos setoriais para essa destinação;

C) Determinada a continuidade dos trabalhos da usina, de forma a garantir seu funcionamento na data prevista pelos organismos governamentais competentes, ou seja, em junho de 1994.

Da Prioridade da Usina de Itá

Por mais benefícios indiretos que a construção da usina de Itá propicie aos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, principalmente no transcurso de sua edificação, tivemos a preocupação de submeter a segundo plano estas vantagens regionalistas, objetivando a prevalência em sua plenitude, dos interesses nacionais.

Pelo estágio de maturação dos projetos, seu porte, 1620 MW, seu baixo custo de produção, US\$ 17,00 MWh, os investimentos já aplicados, superiores a cem milhões de dólares, anteriormente analisados, e a sua prioridade já decidida pelo Grupo Coordenador de Planejamento dos Sistemas Elétricos — GCPS, com aprovação da Eletrobrás — Processo nº. 00001.005058/88-18, da Presidência da República — Doc. nº

anexo — sentimos que nosso pleito sustenta-se em fundamentos técnicos e econômicos.

Usina de Itá e sua Política de Inserção Regional

Os impactos normalmente causados ao meio ambiente pela construção das barragens e reservatórios de usinas hidroelétricas, e a falta de uma política de inserção regional, compensando as interferências econômicas, ecológicas e sociais, têm se constituído no maior óbice à obtenção de financiamentos junto a organismos internacionais.

O planejamento e as medidas parcialmente ultimadas pela Eletrosul, merecedoras de elogios do Banco Mundial, o que se nos afigura uma exceção, e a inclusão dos projetos de Itá na listagem de financiamento dessa entidade credenciada, constituem-se, também, em fatos promissores, que não devem ser descartados pelas autoridades brasileiras.

Neste particular, urge enfatizar que o andamento das sucessivas etapas físicas da usina, amarra-se a um cronograma de trabalhos de atendimento aos atingidos pelas desapropriações — indenizações em dinheiro pelo justo valor, reassentamento, construção de uma nova cidade, com infra-estrutura completa, etc — nos termos do acordo firmado entre a Eletrosul e a CRAB — Comissão Regional de Atingidos por Barragens, com aprovação do Excelentíssimo Senhor Ministro de Minas e Energia.

Reduzir o andamento dos serviços com prejuízos claros à comunidade, corresponde à destruição da credibilidade do órgão público responsável, tão arduamente conseguida e dificilmente reconquistável no futuro.

Dos Cortes das Dotações Orçamentárias e suas Consequências

Com as variações das metas a serem cumpridas e as sucessivas alterações orçamentárias, com ênfase dos cortes de verbas efetuadas após a adoção do Plano Verão, sujeita-se a risco total, todo o Plano 2.010, e o suprimento de energia elétrica aos setores produtivos do País, a partir de 1992.

Independente disto, os reflexos imediatos nas zonas administradas pela Eletrosul, onde prolifera a dispensa maciça de empregados das empresas empreiteiras, com repercussão negativa em grande rol de pequenos e médios fornecedores de serviços e materiais a estas — trarão consequências danosas a milhares de trabalhadores.

Os números aqui inseridos estabelecem melhor os contornos da realidade.

Nos últimos trinta dias foram demitidos 2.680 empregados, apenas nos canteleros das obras principais da Eletrosul, 1.120 na Jorge Lacerda IV em Tubarão (SC) (47% do efetivo), 860 na Jacuí (RS) (33% do efetivo) e 550 em Itá (30% do efetivo), dentre outras unidades.

Se considerarmos, ainda, os custos indiretos da paralisação parcial ou total das obras e os passíveis de reivindicações futuras por inadimplemento contratual, podemos atingir montantes fantásticos e concluir que vivemos uma conjuntura paradoxal.

Por todos estes fundamentos, expostos apenas em visão panorâmica, que os estudos especializados da Eletrosul e Eletrobrás confirmam e aprofundam, e considerando-se:

1º — Que o projeto da usina de Itá, por todos os ângulos que se o examine — ecológico, econômico e social — merece uma prioridade absoluta na sua execução;

2º — Que a sua postergação se constitui num fator de retração no fornecimento de energia elétrica ao Sistema Sul e Sudeste, composto dos estados de maior produção no País;

3º — Que, numa apreciação mais ampla, a entrada em operação das usinas termelétricas de Jacuí I e Jorge Lacerda IV, não pode ser descurada por suplementarem as fontes geradoras e servirem de opção e alternativa, nas épocas de estiagens críticas; e

4º — Que a decisão da política energética a ser definida nesta fase, marcará definitivamente os rumos da Nação, em direção ao progresso ou à involução material e ao debacle social, os signatários, interpretando os sentimentos das coletividades catarinenses e gaúchas, solicitam respeitosamente a Vossa Excelência determinações no sentido de que:

a) Sejam mantidos os valores orçamentários inicialmente aprovados para o presente exercício financeiro, permitindo o prosseguimento das obras em andamento; e

b) Sejam mantidos e ultimados os entendimentos necessários à viabilização do financiamento pelo Banco Mundial; e

c) Sejam mantidas as datas de início de operação das usinas citadas.

Sem outro pormenor no momento, reafirmamos a Vossa Excelência, com agradecimentos pela atenção dispensada, nossos mais elevados protestos de estima e consideração. — *Luiz Carlos Mandelli*, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul — *Milton Fett*, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina.

Erá o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Luiz Maya) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Presidente da Caixa Econômica Federal, Paulo Mandarino, recebeu na Assembléia Legislativa de Sergipe, a 9 de março passado, o título de Cidadão Sergipano, nos termos do projeto de resolução, aprovado por unanimidade, de autoria do Deputado Elizário Sobral.

Tive a satisfação de participar dessa homenagem, na companhia do ex-Ministro e Deputado Federal Prisco Viana, que, na mesma data, viu seu nome colocado, pelo governo do estado, num Conjunto Habitacional no Município de Barra dos Coqueiros.

Não poderia deixar de associar-me às homenagens tributadas ao Presidente Paulo Mandarino, em virtude do seu irrestrito apoio às iniciativas e realizações da Caixa Econômica Federal em Sergipe e do seu povo, iniciadas e desenvolvidas pelo ex-ministro da Habitação e Desenvolvimento Urbano, no decorrer da sua profícua gestão, as quais não foram interrompidas e continuam sendo integralmente prestigiadas.

Aproveitando sua presença em Aracaju, o Presidente Paulo Rubens Mandarino participou, a 9 de março passado, da inauguração

do Conjunto Residencial do Município de Barra dos Coqueiros, tendo justificado, em eloquente discurso, nessa ocasião, a consagrada homenagem tributada ao ex-Ministro Prisco Viana quando o referido Conjunto Habitacional recebeu o seu nome.

No mesmo dia, aliás, o Presidente da CEF, Paulo Mandarinino lançou, em Aracaju, um novo sistema de apostas da Loto e da Sena, denominado a "Teimosinha", que, na sua opinião, vai contribuir, decisivamente, para viabilização das obras sociais financiadas pela instituição.

Por todos estes motivos, parece-me justo registrar a viagem do presidente da CEF à Sergipe em face dos seus benéficos resultados.

Ao mesmo tempo requeiro a incorporação, ao texto deste meu sucinto pronunciamento, de uma reportagem, publicada no *Jornal de Brasília*, a 5 de março de 1989, do Jornalista Ademar Shiraishi, onde aborda vários assuntos referentes à administração do Presidente Paulo Mandarinino, em cujo conteúdo encontram-se informações objetivas que são do maior interesse para o conhecimento das atuais condições, empreendimentos e perspectivas da Caixa Econômica Federal, notadamente no que tange aos problemas dos financiamentos habitacionais.

CEF MUDA PARA FINANCIAR BAIXA RENDA

Ademar Shiraishi

O Presidente da Caixa Econômica Federal (CEF), Paulo Mandarinino, decidiu "sacudir" toda a estrutura pesada da instituição para ampliar o atendimento à população de baixa renda. Nesta entrevista exclusiva ao *Jornal de Brasília*, Mandarinino destaca que a CEF vai recuperar o espaço perdido na captação de depósitos de poupança para reabrir os financiamentos à casa própria, "com prioridade à população de baixa renda e à classe média baixa".

Na última quarta-feira, a CEF recebeu autorização do Presidente José Sarney para atuar em todos os segmentos do mercado financeiro, como autêntico banco múltiplo, a exemplo do Banco do Brasil. Embora as contratações no setor público estejam proibidas, a CEF também teve as suas necessidades de pessoal reconhecidas por Sarney e, na última segunda-feira, Mandarinino determinou a admissão de todos os 7 mil candidatos aprovados no concurso público do ano passado, com a nomeação apenas para as agências, lojas de poupança e postos de serviços, como forma de atender melhor ao público.

Com pouco mais de um mês e meio no cargo, Mandarinino tem ouvido todos os setores da instituição.

"Assessor para merecer minha confiança tem que ser crítico, mostrar erros, deficiência e ajudar a acertar. Se fizermos isso, dentro de alguns meses, a Caixa dará sinais nítidos de grande revitalização. Então, temos uma missão. Sei que isso vem ao encontro do pensamento do Presidente da República, que é valorizar a Caixa. O Presidente Sarney dedica

estima pessoal pela Caixa Econômica, como instituição fundamental não só para seu governo mas para o País" — observa o presidente da CEF.

Na "reestruturação completa" da CEF, Mandarinino partiu do cumprimento da determinação presidencial de redução das diretorias da instituição de 12 para 6 — amanhã, Sarney deve nomear os demais cinco diretores. Com a extinção de cargos e funções na direção geral, o presidente da CEF quer ampliar o número de funcionários nas agências para melhorar o atendimento aos clientes. Por exemplo, para reduzir filas, Mandarinino aprovou a criação de 2.557 funções de confiança de caixa executivo.

A CEF vai fechar agências "cronicamente deficitárias", em praças já assistidas por outra instituição financeira, e também vender imóveis não de uso próprio, inclusive para obter recursos necessários à melhoria da rede remanescente de dependências. "A Caixa — observa Mandarinino — é um banco eminentemente urbano e não rural. Dessa forma, é preciso não se temer o fechamento de agências cronicamente deficitárias, além do que, é necessário, antes de mais nada, observar rigorosamente critérios técnicos no que se refere a abertura de novas unidades".

Mas a Caixa não vai abandonar a sua postura de banco social. Os financiamentos habitacionais darão prioridade à baixa renda, embora Mandarinino entenda que cabe ao Congresso Nacional definir os instrumentos de combate ao déficit habitacional no País, diante da incapacidade financeira da CEF de garantir a oferta adequada de novas moradias.

META É GARANTIR COMPETITIVIDADE

O presidente da CEF, Paulo Mandarinino, afirma que "1989 será um ano de profundas mudanças na Caixa para que a instituição seja um instrumento de esperança neste País". Na última quarta-feira, a CEF recebeu autorização do Presidente José Sarney para atuar em todos os segmentos do mercado financeiro. Mas, diante da carência de pessoal, por enquanto Mandarinino considera preferível "fazermos o que já fizemos hoje, com grande competência do que enchermos a prateleira de produtos e vendermos mal".

Com metas básicas de sua gestão, Mandarinino destaca a redução dos problemas sociais, a elevação do nível de confiabilidade da empresa, a desburocratização e ganhos de competitividade, no mercado. "A Caixa precisa ser uma instituição cada vez mais necessária à sociedade brasileira e este é o ponto fundamental da questão. Quem precisa defender a Caixa é o cliente, é o seu usuário, é o prefeito da cidade. Precisamos buscar o apoio dos funcionários para esse trabalho" — ressalta o presidente da CEF.

"A grande vocação da Caixa — diz Mandarinino — é o programa social. Ela precisa cumprir, com fidelidade e firmeza, seu papel de grande redutor da crise habitacional. Porém, tem que ter produtos e serviços, do outro lado, que lhe dêem rendas. O cidadão quer procurar a Caixa para negócio tipicamente empresarial;

vai procurá-la porque as condições da Caixa são as melhores do que as do concorrente. Porque se não fossem, ele não viria. E todos estão de acordo com isso: Agora, o cidadão que vai procurar Financiamento de cooperativas habitacionais, vai procurar a Caixa porque só pode ser na Caixa mesmo. Porque outro é que não vai fazer. Este é o papel social da Caixa, que deve ser exercido com grande competência: incentivar o saneamento básico; apoiar obras de infra-estrutura urbana; melhorar as cidades brasileiras, que são, na grande maioria dos casos, detentoras de padrão de vida verdadeiramente subumano. Mas, o lado empresarial da Caixa também tem que ser igualmente exercitado com grande competência".

Neste último ano do Governo Sarney, Mandarinino pretende promover a reestruturação da CEF, sem abandonar a busca do lucro:

"Hoje, no Brasil, não há lugar para instituição deficitária. Ninguém mais vai convencer a sociedade brasileira, depois de tantas críticas e comentários sobre déficit público, de que há lugar para uma empresa deficitária. Não existe. A Caixa, como todas as empresas, precisa ser muito bem administrada, tecnicamente conduzida e ser sempre superavitária". Mas a busca do lucro não vai significar o abandono pela CEF das praças que não conseguem tornar rentáveis a agência local da instituição. "A Caixa tem que ter estrutura de lucro que comporte dependências deficitárias, estrategicamente situadas. Eu não recomendaria dependência da Caixa numa cidadezinha sem que houvesse, antes, realizado pesquisa para saber se a captação ali iria comportar a manutenção da agência. Mas entendo que, se não houver dependência no lugar, não se deve fechá-la. Porque acho isso um desrespeito imenso pela comunidade pobre daquele lugar" — afirma Mandarinino.

AUMENTO DE DEPÓSITO TEM ESTÍMULO

"O único caminho para a retomada dos negócios da Caixa e, portanto, da retomada dos financiamentos habitacionais, é a elevação dos níveis de captação" — ressalta o Presidente da CEF, Paulo Mandarinino. Após perder NCz\$ 180 milhões líquidos de depósitos de poupança nos quinze primeiros dias do Plano Verão, quando o Governo determinou o prazo de carência de seis meses para o pagamento da remuneração das cadernetas — a CEF conseguiu recuperar parte das perdas na captação e já trabalha com a estimativa de crescimento real dos depósitos de 10% até o final do ano.

"Manter a Caixa de carteiras fechadas, como está no momento — diz Mandarinino — é deixá-la sem cumprir a sua responsabilidade social, que é a de propiciar à população brasileira condições de vida e bem-estar, através da geração de habitação, saneamento de vida e bem-estar, através da geração de habitação, saneamento básico, saúde, educação e emprego."

Agressividade

Com o argumento "para que serve uma instituição financeira que não opera?", Mandar-

rino cobra das agências mais agressividade na captação de depósitos. "Precisamos reverter a posição da Caixa para que ela possa cumprir o seu papel social e defender os interesses dos seus próprios depositantes. Só há uma forma de resolvermos o nosso problema. É aumentando os níveis de captação, principalmente o da caderneta, maior sustentáculo de nossas operações no setor habitacional" — afirma o presidente da CEF.

Os gerentes das agências da CEF também têm instruções para exigir maior reciprocidade operacional, na forma de depósitos, a empresários, prefeitos e governadores financiados pela instituição. Mas Mandarinino reconheceu que a maioria dos Estados e Municípios só pode rolar as dívidas, o que prejudica a reaplicação dos recursos do retorno programado de financiamentos antigos.

Por isso, a CEF busca outras alternativas para melhorar o seu fluxo financeiro. Mandarinino espera que o Ministério da Fazenda conclua logo os estudos para a redução do prazo de retenção pela rede bancária dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Segundo ele, os empregadores dispõem de 30 dias para recolher o FGTS e a rede bancária outros 30 dias para repassar o dinheiro à CEF. A proposta da CEF é cortar o prazo dos bancos para 10 dias, com a contrapartida do pagamento de tarifa específica para o serviço de arrecadação. Mandarinino diz que não está propondo nada demais e sim o mesmo esquema da Previdência Social.

A CEF também começa a contar com recursos da emissão de letras hipotecárias para alavancar suas operações. Os dois primeiros negócios já geraram NCz\$ 500 milhões. Segundo Mandarinino, o dinheiro do FGTS dá sustentação aos financiamentos a imóveis para baixa renda, enquanto as letras hipotecárias ampliarão os recursos para a classe média.

CAIXA CONTRATA 7 MIL

O Presidente da CEF determinou a contratação dos 7 mil candidatos aprovados no concurso público do ano passado para que trabalhem nas agências, como forma de reduzir as filas nos caixas e de melhorar o atendimento dos clientes.

A diretoria da CEF aprovou nas diretrizes básicas da política de pessoal para: reduzir níveis hierárquicos para agilizar as decisões; fortalecer os departamentos centrais, sob chefia de funcionários de carreira com maior autonomia operacional; dar mais poder de competitividade às agências, e deslocar funcionários das atividades burocráticas da direção geral para as unidades de ponta (agências, lojas de poupança e postos de serviço).

Mandarinino criou novas 2.557 funções de confiança de caixa executivo para que as filas não provoquem a fuga de clientes da CEF. Dos 7 mil aprovados em concurso, mais de 2 mil já foram nomeados, até a última sexta-feira, todos para assumir nas agências e não da direção geral. Quem perdeu função comissionada na direção geral pode trabalhar nas agências, sem qualquer perda salarial, pelo

menos até o final do ano. Para não atrapalhar a vida do funcionário, a diretoria da CEF recomenda a sua remoção para agência da mesma cidade.

O Presidente da CEF ampliou também os gastos com treinamento de pessoal, antes limitados a 1% do orçamento da instituição. "Se a empresa quer ter no futuro, programadores, analistas, em suma, técnicos competentes nas inúmeras áreas em que atua, tem que gastar dinheiro hoje. Patrocinar cursos de curta e média duração, de pós-graduação, investir criteriosamente na formação de seu pessoal. A Caixa está patrocinando inúmeros cursos de Mestrado, principalmente em informática e está dando força à sua área de treinamento" — ressalta Mandarinino.

Em postura inovadora, o presidente da CEF quer também a ascensão funcional das mulheres, que respondem por 40% dos economistas: "Temos que abrir caminho para o crescimento profissional das mulheres dentro da Caixa. Estimular a que ocupem cargos cada vez mais importantes. Incentivá-las a disputar cargos relevantes. O fato é que hoje as estruturas são muito fechadas e dificultam o crescimento profissional do contingente feminino. É preciso abrir as mentes para este aspecto, à fim de que a Caixa, daqui a alguns anos, seja outra empresa, melhor utilizando a força feminina de trabalho".

RODOVIÁRIA TERÁ POSTO DE SERVIÇO

A Caixa Econômica Federal não desprezará, como fazem os bancos privados, as pessoas mais humildes que recorrem às agências bancárias para pagar pequenas contas de luz ou água, afirma o presidente da CEF, Paulo Mandarinino. "O que temos de fazer? Abandonar o pobre? Afugentá-lo das agências da Caixa, colocando uma tabuleta dizendo que não se recebe conta de quem não for cliente? Num País como o nosso, e tendo a Caixa suas origens históricas exatamente nas camadas pobres, não pode a instituição apoiar esse tipo de medida. Sou contra qualquer discriminação" — diz o presidente da CEF.

Segundo ele, quem paga conta de luz de fato congestionava as agências e toma espaço de quem faz depósitos lucrativos. "Por isso — ressalta Mandarinino — temos que ter condições mercadológicas para enfrentar a questão. Temos que usar talento e competência na área de "marketing" e resolver o problema. Instalar postos em estação rodoviária ou ferroviária. O trabalhador desce do ônibus ou do trem e paga sua conta de luz, às 6h00 da manhã. Ali não se pagaria cheque ou se prestariam outros serviços. O trabalhador já pagaria sua conta sem competir, na hora do almoço, com o depositante da agência. Esse exemplo vale para o Brasil inteiro. Em suma, não quero dar a receita, mas entendo que temos que tirar esses usuários de dentro das nossas agências, sem desrespeitá-los ou tomar suas vidas ainda mais difíceis".

Além da criatividade, Mandarinino reconhece que a CEF precisa modernizar a sua estrutura.

Por isso, trouxe para seu assessor especial o ex-diretor de recursos tecnológicos do Banco do Brasil, Alcir Calliari, e determinou prioridade total para os investimentos em informática. O presidente da CEF quer reduzir o grande volume de reclamações contra a demora até na emissão de carnês das prestações da casa própria.

Hoje, pelo atraso no processamento de dados, a CEF tem grande prejuízo. Por exemplo, os carnês demoram e a CEF não pode cobrar encargos pelo atraso que provocou no pagamento das prestações. Mandarinino lembra ainda que, se o processamento dos cartões fosse mais eficiente, a CEF teria mais prazo para comercializar as loterias.

"A CEF dispõe de infra-estrutura muito pequena de processamento de dados, uma vez que sempre foi dependente dos serviços de terceiros, como o Serpro e a Dataprev, embora também tenha a subsidiária Datamec para manusear os milhares de cartões das loterias. Pior ainda, segundo Alcir Calliari, é que as filiais da CEF utilizam equipamentos e programas diferentes."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Luiz Maya) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão ordinária de segunda-feira, a seguinte

ORDEM DO DIA

Veto Parcial

PROJETO DE LEI DO DF Nº 5, DE 1988

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei do DF nº 5, de 1988, que dispõe sobre os vencimentos dos conselheiros, auditores e membros do Ministério Público do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Parte vetada: art. 4º

2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2, DE 1989

(Em regime de urgência — art. 371, b, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 1989, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que susta os efeitos do art. 2º, inciso IV, do Decreto nº 97.455, de 15 de janeiro de 1989, cujo dispositivo determina a alienação das ações representativas da participação da União no capital social da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro — Lloydbrás, tendo

PARECERES, proferidos em plenário, favoráveis ao projeto e às emendas apresentadas.

3

PARECER Nº 1, DE 1989

Votação, em turno único, do Parecer nº 1, de 1989, da Comissão de Fiscalização e Con-

trole, concluindo "pelo arquivamento" da proposta de fiscalização e controle que propõe fiscalização das atividades do Conselho Nacional do Petróleo.

4

MENSAGEM Nº 68, DE 1989

Mensagem nº 68, de 1989 (nº 122/89, na origem), relativa à proposta para que seja autorizado o Governo do Estado do Rio Grande do Norte a emitir letras financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Norte (LFERN), destinadas a substituir 3.055.000 (três milhões e cinquenta e cinco mil) Obrigações do Tesouro daquele Estado, que serão extintas na forma da Lei nº 7.730, de 31 de janeiro de 1989. (Dependendo de parecer.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Luiz Maya) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 22 minutos.)

(*) ATO DO PRESIDENTE Nº 16 DE 1989

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 52, item 38 e 97, I inciso 4º do Regimento Interno, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 000.58/89-3,

Resolve aposentar, voluntariamente, Waldiney de Oliveira, Técnico Legislativo, Classe "Especial" Referência NS-25 do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do art. 40, inciso III, alínea "a", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os arts. 428, inciso II, 429, inciso I, 430, incisos IV e V e 414, § 4º, da Resolução SF nº 58, de 1972, art. 3º da Resolução SF nº 13, de 1985; artigo 2º, da Resolução SF nº 182, de 1987, e art. 5º da Resolução SF nº 155, de 1988, com proventos integrais, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 9 de fevereiro de 1989. — Senador *Humberto Lucena*, Presidente.

(*) Republicado por haver saído com incorreções no DCN (Segaol), de 16-2-89

(*) PORTARIA Nº 3, DE 1989

O Primeiro Secretário do Senado Federal, no uso das suas atribuições regimentais, resolve,

Designar Afrânio Cavalcante Melo Júnior, Assessor Legislativo, Aureliano Pinto de Menezes, Técnico Legislativo e Hélio de Passos, Técnico Legislativo, para, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão de Inquérito incumbida de apurar os fatos constantes do Processo nº 007639/88-0.

Senado Federal, 14 de fevereiro de 1989. — Senador *Jutahy Magalhães* Primeiro-Secretário.

(*) Deixou de publicar por omissão no DCN (Seção II), de 23-2-89

PORTARIA Nº 12, De 1989

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 215 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, e tendo em vista o disposto no art. 482, § 1º, do mesmo Regulamento, resolve,

Designar Aureliano Pinto de Menezes, Técnico Legislativo, Hélio de Passos, Técnico Legislativo e Juliano Lauro da Escóssia Nogueira, Técnico Legislativo para, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão de Sindicância incumbida de apurar os fatos constantes do Processo nº 004059/89-1.

Senado Federal, 29 de março de 1989. — José Passos Pôrto, Diretor-Geral.

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL Nº 13, DE 1989

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso das suas atribuições e,

Considerando a conveniência de formular o orçamento do Senado Federal, para o exercício de 1990, a partir de uma criteriosa reavaliação dos programas de trabalho das subunidades orçamentárias;

Considerando ser imprescindível, na atual situação econômico-financeira do País, imprimir-se austeridade ao orçamento público e adaptar-se a programação da despesa às disposições do novo texto constitucional sobre a matéria;

Considerando a necessidade de ajustar o programa de trabalho de cada órgão setorial às políticas administrativas e institucionais estabelecidas pela Administração da Casa, resolve:

Art. 1º Constituir um Grupo Especial de Trabalho para coordenar o processo de elaboração da proposta orçamentária do Senado Federal e apoiar tecnicamente as unidades setoriais nas tarefas relacionadas à formulação dos respectivos programas de trabalho.

Art. 2º Designar os servidores Maria Elizabeth Barreto Mendonça, José Maria de Amorim, Edmilson Ferreira da Silva, Francisco Geraldo Soares Cavalcante, Sandro Maçanori Tutida e Antônio Soares da Silva, para, sob a coordenação da primeira, comporem o Grupo Especial de Trabalho.

Art. 3º Recomendar aos órgãos integrantes da estrutura da Casa que se empenhem na elaboração de propostas de programação que sejam inquestionáveis quanto ao mérito dos empreendimentos, fundamentando-as a partir dos problemas e necessidades que justifiquem cada subprojeto que integre o respectivo programa de trabalho.

Art. 4º Estabelecer que, ao término da tarefa, o Grupo Especial de trabalho apresente, a esta Diretoria Geral, uma consolidação das propostas setoriais devidamente fundamentada e instruída com indicações dos ajustamentos recomendados, preliminarmente a seu encaminhamento à deliberação da Comissão Diretora do Senado Federal.

Senado Federal, 29 de março de 1989. — José Passos Pôrto, Diretor-Geral.

ATA DE COMISSÃO

COMISSÃO DIRETORA

7ª Reunião Ordinária, realizada em 28 de março de 1989

Às onze horas do dia vinte e oito de março de hum mil novecentos e oitenta e nove, na Sala de Reuniões da Presidência, reúne-se a Comissão Diretora do Senado Federal, com a presença dos Excelentíssimos Senhores Senadores Nelson Carneiro, Presidente, Iram Saraiva, Primeiro Vice Presidente, Alexandre Costa, Segundo Vice Presidente, Divaldo Suruagy, Segundo Secretário, e Antonio Luiz Maia, Suplente.

Deixam de comparecer, por motivos justificados, os Excelentíssimos Senhores Senadores Mendes Canale, Primeiro Secretário, Pompeu de Sousa, Terceiro Secretário e Lourenberg Nunes Rocha, Quarto Secretário.

O Senhor Presidente declara aberta a reunião e concede a palavra ao Senhor Segundo Vice Presidente que apresenta Parecer oral ao Processo nº 019259/87-5, no qual o ex-Senador Jerônimo Diz-Huit Rosado Maia solicita o ressarcimento de despesas médicas.

A Comissão Diretora, após discutir a matéria, decide que, na condição de ex-Senador, o Requerente deverá fazer provar de que não pode arcar com as despesas e que, na forma do art. 3º, do Ato nº 11/87, da Comissão Diretora, o ressarcimento será efetuado dentro do limite previsto para entidades contratadas ou conveniadas.

A seguir, o Senhor Presidente franqueia a palavra ao Diretor-Geral que apresenta aos presentes os seguintes assuntos:

a) Expediente do ex-Senador Itálio Coelho solicitando autorização para se internar na Clínica Pacini de Oftalmologia, em Brasília, a fim de se submeter a uma intervenção cirúrgica.

A Mesa, após discutir a matéria, decide que, na condição de ex-Senador, o Requerente deverá fazer prova de que não pode arcar com as despesas e que, na forma do art. 3º, do Ato nº 11/87, da Comissão Diretora, o ressarcimento será efetuado dentro do limite previsto para entidades contratadas ou conveniadas.

b) Processo nº 000080/89-6, contendo a Prestação de Contas da Assefe — Associação dos Servidores do Senado Federal, relativa ao quarto trimestre de 1988.

É designado o Senhor Senador Antonio Luiz Maia para Relator.

c) Processo nº 000644/89-7, contendo a Prestação de Contas do Funsen, relativa ao quarto trimestre de 1988.

É designado o Senhor Primeiro Vice Presidente para Relator.

d) Expediente do Sindicato dos Professores do Distrito Federal solicitando cessão da Rampa do Congresso Nacional, bem como fornecimento de energia elétrica, para realização da Assembléia unificada Sinpro/SAE, no dia 30-3-89, às 15 horas.

A Mesa, após debater a matéria, concede a autorização.

Em seqüência, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Primeiro Vice Presidente que apresenta seu Parecer ao Projeto de Resolução nº 01/89-CN, que "estabelece normas para o exame e votação de medidas provisórias".

O Parecer é distribuído aos membros e suplentes da Mesa para estudo e posterior decisão em próxima reunião.

Em continuação, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Segundo Secretário que lê, para conhecimento da Comissão Dire-

tora, matéria veiculada pelo *Jornal do Brasil*, edição de 26-3-89, sobre o título "Chapa branca é usado para compras e lazer no feriado", envolvendo veículo desta Casa. O Senhor Segundo Secretário faz a defesa do Senador Edison Lobão, usuário do veículo, esclarecendo que o mesmo estava ausente de Brasília, naquele dia, e que, ao retornar, dispensou o respectivo motorista.

A Comissão Diretora decide pela aplicação de penalidade, a ser estabelecida pelo Senhor Presidente, dando ao motorista o prazo de 24

(vinte e quatro) horas para apresentar justificativa, por escrito, ao Senhor Presidente.

Nada mais havendo a tratar, às treze horas, o Senhor Presidente declara encerrados os trabalhos, pelo que eu, José Passos Pôrto, Diretor-Geral e Secretário da Comissão Diretora, lavrei a presente Ata que, depois de assinada pelo Senhor Presidente vai à publicação.

Sala da Comissão Diretora, 28 de março de 1989. — Senador Nelson Carneiro, Presidente.